

Segurança nacional é isso

Ricardo A. Setti

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, vai nos desculpar, mas ele errou de novo. Dessa vez, foi numa votação ocorrida ao longo da semana e que, apesar das paixões que despertou no dia, acabou sendo rapidamente esquecida em meio ao infundável bate-boca sobre o sistema de governo e o tamanho do mandato do presidente José Sarney. Foi sobretudo esta última questão, como se sabe, que acabou sepultando a memória da outra votação, em razão da pirotécnica entrada em cena de ministros e chefes militares, desejosos de adiar para 1989 as eleições presidenciais que a maior parte da opinião pública quer para este ano. (É compreensível, por sinal, a atitude dos militares que se têm pronunciado: como foram seus colegas de armas que escolheram todos os presidentes nos longos 21 anos transcorridos entre 1964 e 1985, num particularíssimo exercício eleitoral, sua sede de votar, naturalmente, é menor que a dos demais 70 milhões de eleitores brasileiros.)

Mas voltemos ao deputado Bernardo Cabral. Ao final da tumultuada sessão em que se decidiu subir de 60 para 70 deputados o teto máximo da representação dos estados na Câmara Federal, Cabral fez um apelo à razão — justíssimo —, e lembrou que o tema recém-discutido era de grande importância, embora não se pudesse comparar, em dimensões, aos que ainda estão no horizonte dos constituintes, como a votação do sistema de governo.

«Talvez o paciente deputado Cabral tivesse apenas lançado mão de um recurso de retórica para acalmar ânimos regionalistas aguçados. Caso contrário, as incontáveis viagens que o relator fez pelo Brasil durante a fase de trabalho da Comissão de Sistematização de nada terão adiantado para lhe abrir os olhos ao fato de que a representação dos estados é, provavelmente, a mais séria questão que se abriga no esboço de democracia em discussão no país. Tão séria que a Constituinte, ao invés de fugir dela com a velocidade de um trombadinha que se afasta da vítima, deveria, ao contrário, reabri-la.

É claro que, se o fizesse, deveria ficar longe da demagogia rasteira e da espan-

tosa ignorância eleitoral do deputado Oswaldo Coelho (PFL-PE), que conseguiu incendiar as bancadas do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste com o argumento de que a representação de São Paulo, "que já é igual ou maior do que a de oito estados brasileiros", ao pular de 60 para o novo limite de 70 deputados "passaria a equivaler à de dez estados". O argumento pode parecer impressionante a um marciano, mas não resiste à mais remota lógica.

No atual cenário de 487 deputados, São Paulo tem 60 — o equivalente a 12% do total da Câmara dos Deputados, onde teoricamente deveria estar espelhada, de forma proporcional, a população brasileira. Pois bem, do total desta população — que, projetada para julho deste ano, deverá chegar a 144 milhões de pessoas —, São Paulo, com seus projetados 32 milhões de habitantes, tem 22%. Há, dessa forma, uma colossal defasagem entre população e representação, que não vai ser amenizada com o aumento artificial do limite de deputados para 70 por estado, já que o número total de deputados — problema remetido para uma lei complementar — também vai aumentar em pelo menos 16, todos concentrados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a criação do estado de Tocantins e a transformação de Roraima e do Amapá em estados.

Pular a bancada paulista para 70, nesse quadro, portanto, é ficar na estaca zero, já que, mantidas as proporções, São Paulo deveria já agora ter um mínimo de 110 deputados. A fixação artificial e iníqua de uma bancada paulista num determinado número-teto tem origem na fabricação do tristemente célebre "pacote de abril", de 1977, com o qual o general Ernesto Geisel pretendia aumentar o peso, no Congresso Nacional, daquilo que Tancredo Neves chamava de "os grotões do Brasil", na época dominados eleitoralmente pelo partido político do governo militar. Hoje, não há governo militar, não existe uma Arena para ser beneficiada por casuísmos odiosos, e quem domina politicamente os "grotões" é o PMDB. Assim, a manutenção dessa representação falseada só interessa não ao Brasil, mas a quem dela se beneficia diretamente — os 292 deputados e senadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que se uniram para manter vir-

tualmente as mesmas regras do jogo, em aliança com a maior parte dos respectivos governadores.

É certo que esses parlamentares, somados, constituem a maioria absoluta da Constituinte — só que existe a verdade elementar e cristalina de que os estados que eles representam não somam a maioria da população brasileira. Se agora São Paulo e, em menor grau, Minas Gerais são os grandes prejudicados com essa aliança, outros estados, como a nordestina Bahia, o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e o Paraná, até por inevitabilidade demográfica, não vão demorar a estar na mesma situação de sub-representação. A longo prazo, num exercício de futurologia matemática, é lícito imaginar-se que um dia todos os estados brasileiros atingirão o limite de 70 deputados — mesmo que alguns deles tenham 80 milhões de habitantes e outros 15 milhões. Só esse cenário hipotético ilustra o absurdo aprovado esta semana pela Constituinte.

Para quem enxergar paixões regionais nesse raciocínio em favor da justa representação paulista, basta lembrar que, por ironia, a maior cidade nordestina do Brasil não é Salvador, Fortaleza ou Recife, mas São Paulo, e que existem mais nordestinos vivendo no estado de São Paulo do que em pelo menos cinco estados do Nordeste considerados individualmente — Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe. Assim, os deputados nordestinos que comemoraram o freio imposto ao crescimento da representação paulista estão, na verdade, cassando o voto de milhões de seus conterrâneos que construíram sua vida em São Paulo.

Trata-se, portanto, de uma questão nacional, e não de uma questão regional. E, como bem disse o senador Mário Covas, "nós não estamos decidindo em favor de São Paulo, mas da democracia". Nossos políticos deveriam refletir sobre isso, e nossos chefes militares, sempre tão obcecados pela segurança nacional, que hoje enxergam em cada dia a mais do mandato do presidente José Sarney, deveriam prestar um pouquinho mais de atenção ao assunto. Se há alguma questão efetivamente de segurança nacional, a longo prazo, é esta.